

COISAS DA POLÍTICA

■ ROSÂNGELA BITTAR

Os compromissos de José Gregori

Quando voltou de uma viagem ao exterior em que foi muito cobrado pelo desrespeito aos direitos humanos no Brasil, em fevereiro de 95, o presidente Fernando Henrique Cardoso chamou o amigo José Gregori e lhe deu uma missão. "Vá para a área de direitos humanos e ocupe esse espaço, faça-a existir." Ele começou, então, naquela mesma data, a preparar a lei dos desaparecidos políticos, a formular o plano nacional de direitos humanos, a organizar grupos de estudos sobre projetos especiais para essa área.

Neste período, que se encerra agora com a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o país viu algumas das mais violentas ações da polícia, como os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, para citar os que tiveram maior número de vítimas. Foi, assim, sob a influência do comportamento bárbaro da Polícia Militar que o plano de direitos humanos tomou forma, e agora, como secretário já nomeado, Gregori apressa sua execução.

Um dos problemas a serem enfrentados é a ignorância ampla sobre os direitos humanos. Por essa razão, um dos compromissos definidos por Gregori é a divulgação exaustiva de informações sobre o assunto. A primeira providência será abrir um concurso para a elaboração de uma cartilha destinada a trocar em miúdos o conceito de direitos humanos. Outra medida é colocar os direitos humanos nos currículos das escolas e das academias de polícia. E, ainda, contar com as igrejas, as universidades, a imprensa, nessa divulgação.

Embora trate de programas bem diversificados, o plano está integralmente tomado pela preocupação com a violência policial. Segundo Gregori, é preciso trabalhar muito para conseguir, de imediato, alguns instrumentos concretos que possam ter conseqüência na redução da violência da polícia.

Nesse sentido, ele destaca a importância da lei que tipifica o crime de tortura, sancionada esta semana pelo presidente. Segundo sua avaliação, a lei é severa e coloca com toda a clareza que o policial tem que respeitar o cidadão, mesmo que este tenha acabado de cometer o crime. Com a mesma

finalidade, atribui muita importância a uma emenda que o governo enviou ao Congresso, e que ainda não foi votada, instituindo o delito contra os direitos humanos.

Essa lei permitirá alguma ingerência de fora sobre as polícias militares, porque considera competência da

Justiça federal julgar qualquer crime praticado em qualquer estado desde que a Procuradoria Geral da República ou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana faça a denúncia. Se já estivesse em vigor, a lei permitiria, por exemplo, que o crime cometido em Eldorado dos Carajás, hoje um crime estadual com mais riscos de sofrer influências do interesse corporativo no julgamento, fosse julgado com mais velocidade e independência na Justiça federal.

E, a medida mais recente, a criação do grupo de trabalho para fazer uma avaliação profunda do modelo policial adotado hoje no Brasil. Os problemas na Polícia Militar, para Gregori, vão desde a forma de recrutamento à formação e à concepção filosófica que, em sua opinião, ainda tem base na doutrina de segurança nacional. O regulamento da PM, que orienta toda a sua ação, foi feito em plena ditadura de Vargas, em 1943, em clima de participação do Brasil na guerra.

O novo modelo de polícia será desenhado a partir das avaliações do grupo de trabalho, que pode contar, desde já, com parâmetros de polícia civilizada reunidos por Gregori: "Uma mistura das polícias canadense com a inglesa, usando os últimos manuais da polícia de Nova Iorque que conseguiram baixar os índices de criminalidade na cidade." São, segundo ele, polícias eficientes com padrões aceitáveis de respeito aos direitos humanos.

"Nós queremos uma polícia moderna, que dê combate vigoroso e sem tréguas à criminalidade, que respeite os direitos humanos e com a qual a cidadania estabeleça um relacionamento não de temor, mas de respeito."

A avaliação das PMs, a tramitação mais veloz da emenda que cria o delito contra os direitos humanos e a implantação, no começo do ano que vem, de uma experiência piloto do serviço civil para agentes da cidadania são três prioridades imediatas de ação para Gregori. Esse serviço recrutaria, entre os jovens não aproveitados pelo serviço militar, os *agentes da cidadania*. A idéia é dar a eles um breve treinamento sobre direitos humanos para que possam prestar serviços comunitários na condição de agentes, recebendo um salário simbólico pela tarefa.

O programa completo contempla metas ambiciosas, que teriam grande influência na mudança da situação dos direitos humanos no Brasil. E que situação é essa? Gregori trabalha com dados de diagnóstico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresentados há 40 dias em um simpósio realizado no Rio. Esses dados colocam o Brasil em terceiro lugar no mundo em matéria de violência contra os direitos humanos, perdendo apenas para a Colômbia e San Salvador. A classificação foi feita com base na equação que considera o número de assassinatos por 100 mil habitantes em um ano. A Colômbia teve 70, o Brasil 22.

"Meu compromisso é tirar essas idéias de mudança do livro e pôr no mundo das coisas existentes", disse José Gregori.

**"Queremos uma polícia moderna, que dê combate vigoroso ao crime, com a qual a cidadania estabeleça um relacionamento de respeito."
(José Gregori)**